

A Peucer, o que é de Cícero: a odisséia narrativa entre a História e o Jornalismo

João Batista de Abreu

“Quem ignora que a primeira lei da História é que não se ouse dizer nada de falso? Depois, que não lhe falte coragem para dizer o que seja verdade, que não tenha nenhuma suspeita de parcialidade nem aversão alguma em escrever. É manifesto que estes fundamentos são conhecidos de todos.”

A frase de Marco Túlio Cícero remete a um conceito milenar, tão polêmico que permanece em evidência até os dias de hoje, em que George Bush e Osama bin Laden disputam o mesmo cenário midiático. Ambos falam, por meio de idiomas e caracteres distintos, em nome de um mesmo Deus monoteísta, embora com nomes deferentes. Ambos garantem que dizem a verdade, em nome de Jesus, em nome de Alá.

O conceito de uma verdade única e indivisível, presente nos filósofos gregos, começa a ser contestado pelos pensadores renascentistas e é reinterpretado mais tarde na obra de Hegel, que fala na relatividade da apreensão do real. A verdade hegeliana estaria na relação entre o objeto e quem o percebe e o descreve. A narrativa desta verdade dependeria então do emissor. Marx afirmará, depois, que a verdade

estará determinada pelo contexto histórico e pelo lugar de quem fala.

Esta aparente contradição está presente no debate sobre a teoria de jornalismo, envolvendo aspectos como verdade, isenção, neutralidade e outros temas, que se tomam emprestado do universo filosófico. Se a narrativa jornalística deve corresponder à expressão da verdade, como entender então a objetividade do discurso jornalístico? Mas se negarmos a objetividade deste discurso, como justificar a obrigação de ouvir os vários lados envolvidos no fato passível de ser notícia?

Talvez a melhor resposta para esta questão seja a de que a eficácia do discurso jornalístico vincula-se aos traços de verossimilhança do enunciado. Quanto mais verossímil for a narrativa, maior será a possibilidade de aceitação. Mas será viável pensar numa verossimilhança absoluta, independentemente do lugar e do tempo na relação emissor-receptor? A capacidade de o leitor crer naquilo que lhe é transmitido (ou informado) depende das condições sócio-temporais de assimilação deste discurso, o que nos leva a deduzir que a verdade absoluta constitui algo tão distante quanto

os tempos romanos de Cícero.

A tese de Tobias Peucer versa, entre outros temas, sobre as diferenças entre o discurso da História e o discurso da *nouvelle* – “do uso corrente entre os franceses” – substituída pela expressão relatos, que dá forma aos relatos periodísticos, sem ordem, nem cronologia. A História ocuparia o lugar do conhecimento, da academia; o relato periodístico preencheria o espaço mundano, da curiosidade popular. E esta curiosidade é apresentada como algo fortuito, sem origem, nem ordenação.

Peucer conta que em 1609, por iniciativa de Gotard Arthusius, de Gdansk, surgiram folhas impressas denominadas de mercúrios franco-belgas, que mesclavam fábulas e histórias verdadeiras, o que lhes aumentava o interesse. Esta combinação reforçava a eficácia da mensagem, ao remeter a histórias presentes no imaginário do leitor desde a Idade Média.

“Conseguiram a graça de a curiosa novidade encontrar credibilidade aos olhos de muitos de maneira indiscriminada. Porque, como diz Lucrécio, livro IV, ‘toda a linhagem humana está excessivamente ávida por captivar os ouvidos’. E, tal como disse Sêneca, no livro VII, c. 16 das *Naturales questiones*, alguns são crédulos, outros descuidados. Outros são enganados de boa fé pela mentira. Outros se deixam seduzir por ela. Uns não a evitam, outros a procuram. Toda esta raça tem em comum o defeito de crer que a sua obra não se fará aceitar sem se tornar popular se não for misturada com fábulas.”

Talvez tenhamos aqui os precursores da imprensa amarela, de base sensacionalista, protagonizada nos Estados Unidos pela dupla Hearst e Pulitzer em fins do século XIX e de resultados marcantes até os dias

“A tese de Tobias Peucer versa, entre outros temas, sobre as diferenças entre o discurso da História e o discurso da *nouvelle*...”

de hoje. Peucer, já no século XVII, atribui o surgimento de tantos periódicos na Europa à “curiosidade humana e em parte à busca do lucro, tanto da parte dos que confeccionam os periódicos, como da parte daqueles que os comerciam, vendem”.

De um lado, as necessidades dos grandes conquistadores, como Carlos Magno, e de outro, dos povos conquistados, mostraram aos homens sérios e doutos, segundo Peucer, a importância do ensino da História e dos relatos épicos sob a forma de crônicas.

“Quando no início do século passado (séc. XVI) começou a brilhar a luz da literatura, homens sérios e doutos se aplicaram novamente com muita assiduidade à tarefa de estabelecer as bases da História. Com isso, a sua glória atingiu um tipo de ressurgimento de maneira que muitos se dedicaram a escrever história. Depois, alguns não mais instruídos, querendo imitá-los, recopilaram uns relatos grotescos sobre fatos acontecidos recentemente aqui e acolá, obras precipitadas extraídas dos escritos dos palácios, dos mercadores, ou do boato público, de sorte que favoreciam a curiosidade do povo, geralmente inclinada ao conhecimento das coisas novas.” (Os relatos jornalísticos, in *Comunicação e Sociedade*, p.203)

Numa época em que a hegemonia da sociedade ocidental era exercida pela nobreza e o clero, tendo como pano de fundo a burguesia insipiente, é fácil compreender por que Peucer valoriza a narrativa histórica e deprecia o relato jornalístico. A História assume um caráter épico, descritivo, a partir do testemunho (autopsia) dos vencedores. De acordo com este ponto de vista, o discurso histórico dispensa o conflito, pré-condição para a reflexão que se pretende científica. História e verdade cami-

nhariam de braços dados por uma mesma trilha linear.

Temos aqui outra questão. Até que ponto o relato histórico pode ser entendido como algo linear, sem a interferência do narrador. No texto *A História de seu tempo*, a historiadora Ana Paula Goulart (UFRJ) afirma que um fato, para ser chamado de histórico, precisa estabelecer relações com outros eventos, numa cadeia de causalidade e de processo.

“A relação que o acontecimento mantém com outros acontecimentos não é intrínseca. Nenhum fato é em essência histórico, porque nenhum traz consigo um sentido já dado. Não existe fato histórico bruto. Ele é sempre produto de algum tipo de elaboração teórica, que o promove à categoria de histórico. Pressupõe um sistema de referência e de uma teoria, no quadro dos quais se operam a seleção e a valorização dos acontecimentos e processos. Selecionar, relacionar e valorizar são operações de construção de sentido, impossíveis sem a intervenção dos sujeitos – no caso, da ciência histórica, dos historiadores.” (GOULART, 1995, p.15-16)

As operações de selecionar, relacionar e valorizar, que constroem o sentido do enunciado, também fazem parte do discurso jornalístico. No entanto, para Peucer, este discurso remete a coisas esparsas, histórias sem ordem.

“Uma das formas (de relato) se ordena como um fio contínuo, conservando a sucessão precisa dos fatos históricos. Essa forma é denominada universal, particular ou singular. Uma outra, em troca, discorre e resenha, numa determinada ordem, os fatos ou as palavras escolhidas e dignas de serem contadas, que se extraíram separadamente

da narração contínua dos fatos históricos. Isso se faz na medida em que cada coisa vai-se apresentando. Parecem pertencer a esta forma de história as coisas esparsas (ta sporaden), de Aristógenes, igualmente as histórias sem ordem, de Pescenni Fest.” (Comunicação e Sociedade, p.201-202)

Mais adiante, Peucer anuncia: “A História quer o que é vero, seja antigo ou novo. E o que é insólito, ou não se narra ou o faz muito raramente”.

Nesta perspectiva, o insólito, mesmo que tenha ocorrido, se distancia da verdade e, portanto, deve ser registrado apenas esporadicamente. Mas aqui cabe outra pergunta: o que seria insólito na narrativa histórica? Que mecanismos conceituais justificariam o adjetivo pejorativo? Semiólogos conceituados que fazem uma reflexão sobre o jornalismo, como Roland Barthes, traduzem o insólito como o ato incomum, sem uma implicação política que conduza a uma transformação. “Eis um assassinato. Se é político, temos uma informação. Em caso contrário, trata-se de um fait-divers”, afirma Barthes.

A questão que está presente em Peucer e Barthes – que viveram com quase três séculos de distância – é quem determina o que é político, quem determina o que é fait-divers. Vestígios de etnocentrismo e determinismo histórico rondam o discurso acadêmico, por melhores que sejam as intenções do intelectual proveniente dos países culturalmente hegemônicos.

É curioso que Peucer tenha publicado, em Leipzig, sua tese *De relationibus novellis* em 1690, em pleno apogeu do absolutismo em países europeus, como França e Espanha. Na Inglaterra, as alternâncias políticas, que oscilam entre o estabelecimento da Commonwealth, com a chegada

“As operações de selecionar, relacionar e valorizar, que constroem o sentido do enunciado, também fazem parte do discurso jornalístico.”

ao poder de Oliver Cromwell, e a restauração de Carlos II fazem a censura aparecer e desaparecer até que, em 1712, instaurasse o primeiro exemplo de censura econômica, o imposto do selo, que vigora até a segunda metade do século XIX. Tanto o absolutismo francês quanto o governo do Lord Protector adotam a censura prévia à imprensa como recurso para organizar a divulgação de notícias, logo do pensamento.

A análise de um texto teórico escrito há mais de três séculos incita à armadilha da crítica apressada, que enxerga o passado com as lentes do presente. O exame acadêmico requer um exercício de afastamento sociológico quanto ao pensamento vigente na época, um mergulho no tempo que nunca é fácil de se fazer. Conceitos como classe social, hegemonia e indústria cultural só apareceriam alguns séculos depois. Assim, determinadas observações de Peucer acerca do respeito ao poder soam ingênuas numa primeira leitura, mas representam aquele momento histórico, um modo de pensar e sistematizar uma sociedade estratificada em que a escrita era vista como elemento perturbador da ordem. No século XVII, saber ler, escrever e divulgar textos que contradissem a visão de mundo predominante poderiam representar uma ameaça. Em pleno século XXI, uma visita a alguns rincões do sertão brasileiro nos remetaria rapidamente aos tempos de Peucer.

“Que não se insira nos periódicos nada que prejudique os bons costumes ou a verdadeira religião, tais como coisas obscenas, crimes cometidos de modo perverso, expressões ímpias dos homens, que sejam graves para os ouvidos piedosos. Quando se explicam estas coisas, tal como disse Plínio, é

“A justificativa para a censura oficial expressa a visão conservadora, que vê como risco a possibilidade de uma transformação por meio da circulação de idéias.”

como se as estivesse ensinando. É por isso que em algumas cidades se estabeleceu com uma prudente decisão que não seja permitido imprimir periódicos sem que estes tenham sido aprovados pela censura.” (p.208)

A justificativa para a censura oficial expressa a visão conservadora, que vê como risco a possibilidade de uma transformação por meio da circulação de idéias. Os tempos são de mudança, mas os intelectuais ainda permanecem presos ao poder.

“Dá-se, com efeito., a honesta disciplina, para que os espíritos inocentes não sejam ofendidos com esta espécie de páginas impuras espalhadas aqui e ali, ou que, por outro lado, os que são propensos ao mal não venham serem incitados por este tipo de escritos.”

No final do século XIX, o jornalismo industrial floresce com o advento da sociedade burguesa urbana e das grandes cidades que, simultaneamente, aprofundam e atenuam a luta de classes. A livre circulação de idéias cede lugar ao empreendimento capitalista, que transforma a notícia em mercadoria. Não uma mercadoria qualquer, mas um bem simbólico que pode contribuir para mudar a sociedade ou mantê-la do jeito que está. Ou ainda melhor, mantê-la do jeito que está com a impressão de que há mudanças. Este jornalismo apóia sua credibilidade na informação insípida e neutra. Mas a lógica do lucro, que pressupõe o aumento da circulação e de consumidores de notícias, valoriza as informações classificadas por Peucer como “coisas amenas, leves e fúteis, para satisfazer a curiosidade do povo”.

Montados em suas fortunas, reunidas às custas da publicação de “coisas amenas, leves e fúteis” em suas cadeias de jornais nos Estados Unidos, empresários como Randolph Hearst e Joseph Pulitzer estariam zombando das recomendações de Peucer acerca do tipo de relato jornalístico a ser valorizado.

Hearst e Pulitzer entraram para a História e, por definição, teriam direito a relatos lineares e fiéis acerca de suas realizações no jornalismo industrial. Tornaram-se figuras notáveis ao estabelecer rotinas de produção numa atividade profissional que marcou o século XX. Assim como Cícero, exigem que a primeira lei

da História seja cumprida. Que se tenha a coragem de dizer a verdade.

João Batista de Abreu

É professor-adjunto do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense e doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Bibliografia

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. Estudos em Jornalismo e Mídia, V. 1 n. 2, Florianópolis, Posjor-UFSC/Insular, pp. 13-30

GOULART, Ana Paula. A História do Seu Tempo. Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicação da UFRJ, 1995.